



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 3 de abril de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Sai hoje mais um pacote de estímulo à indústria.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Plano 'Brasil Maior' é ignorado por 72% dos industriais.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Pacote pode superar os R\$ 30 bilhões	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Governo prepara nova estatal	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL MAIOR Novo regime automotivo entra em vigor em janeiro de 2013	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
EXPRESSO MT Brasil quer emplacar o peixe pirarucu como o 'bacalhau da Amazônia'	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL FONTE BOA Natura aposta em Manaus	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Sai hoje mais um pacote de estímulo à indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Medidas devem reduzir o custo do crédito e cortar imposto para setores em dificuldade

RENATA VERÍSSIMO , ADRIANA FERNANDES / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Oito meses após o lançamento da política industrial e de **comércio** exterior da presidente Dilma Rousseff, o governo anuncia hoje mais um pacote de medidas para estimular a indústria brasileira que passa por uma crise de competitividade em função da forte concorrência internacional e da taxa de câmbio valorizada.

As ações estão focadas no barateamento dos empréstimos, sobretudo do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), e na redução pontual de tributos a alguns setores mais combatidos pela crise.

Desde o lançamento do último pacote em agosto de 2011, batizado de Plano **Brasil** Maior, a situação da indústria só piorou. E agora a ameaça da desindustrialização já é realidade em alguns setores. Esse cenário forçou o governo a reagir rapidamente, para não deixar o crescimento da economia ser mais afetado. Porém, as medidas foram preparadas usando o mesmo remédio adotado no auge da crise de 2009 e no lançamento do **Brasil** Maior, que não deslanchou.

A desoneração tributária de alguns setores da indústria mais afetados pelo câmbio valorizado e a redução do custo dos financiamentos para estimular o crédito dão o tom das ações.

A data escolhida para o lançamento das medidas é simbólica. Hoje também o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o resultado da **produção** industrial em fevereiro. As projeções de **mercado** mostram que o desempenho do setor continua fraco.

Toque de caixa. O senso de urgência levou o governo a fechar as medidas a toque de caixa. Até o início da noite de ontem, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, ainda fechavam com a presidente Dilma as medidas que

seriam incluídas no pacote. Durante todo o dia, representantes do setor automotivo tiveram reuniões com integrantes da equipe econômica para entender o novo regime do setor. Uma fonte deixou o último encontro com a informação de que a medida estaria no pacote.

Do lado do crédito, o governo promete um "choque" no custo dos empréstimos voltados para novos investimentos e capital de giro, graças ao subsídio do Tesouro. Algumas taxas do **BNDES** ficarão mais baratas do que no auge da crise internacional, até mesmo com juros negativos (abaixo da inflação do período). Segundo antecipou o Estado, o Tesouro terá custo de R\$ 6,4 bilhões ao permitir que o **BNDES** eleve em R\$ 18 bilhões o volume de recursos que poderão ser emprestados a juros subsidiados.

A presidente Dilma também anunciará a desoneração da folha de pagamento de salários para setores da indústria afetados pelo câmbio. Em troca, pagarão uma contribuição sobre faturamento bruto. A medida desonera as **exportações**, já que uma lei aprovada no âmbito do **Brasil** Maior retirou do cálculo do faturamento as receitas com vendas externas. Para onerar as **importações** dos mesmos setores, o governo também deve anunciar o aumento da Cofins, seguindo o mesmo modelo do projeto-piloto adotado no **Brasil** Maior para três setores.

O governo também quer deslançar os investimentos anunciados pelo setor automotivo que não foram iniciados. Por isso, a expectativa é que, entre as medidas a serem anunciadas, estejam as regras de estímulo para a instalação de novas empresas no **Brasil** e para aquelas já instaladas que queiram ampliar ou abrir novas unidades no País.

Também se espera, como antecipou **PIM**entel, que sejam divulgadas as regras de redução do IPI para as montadoras já instaladas no Brasil, de acordo com o nível de conteúdo local e investimento em inovação.

O pacote vai incluir também a desoneração dos investimentos para construção de redes de comunicação. A desoneração será de R\$ 6 bilhões nos próximos cinco anos

e o governo exigirá contrapartida das empresas beneficiadas. Para ter direito à desoneração, as empresas

terão de construir redes em áreas menos desenvolvidas apontadas pelo **Ministério** das Comunicações.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Plano 'Brasil Maior' é ignorado por 72% dos industriais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pesquisa da Fiesp revela que a política industrial do governo Dilma ainda é desconhecida, seis meses após seu anúncio

MARCELO REHDER - O Estado de S.Paulo

Seis meses após ser lançada, a política industrial do governo Dilma Rousseff - que a presidente quer vitaminar com novas medidas a serem anunciadas hoje - ainda é uma ilustre desconhecida da grande maioria dos empresários do setor produtivo. Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), feita com mais de 300 empresas do setor, revela que 72,4% delas, ou seja, quase três em cada quatro, não conhecem ou estão pouco informadas sobre o chamado Plano Brasil Maior (PBM).

Só 5,4% dos entrevistados disseram ter bons conhecimentos sobre o plano. O grau de conhecimento cresce conforme o porte da empresa. No entanto, nem mesmo as grandes, que têm melhores condições de acesso a informações, estão bem informadas acerca da política industrial. Somente 9,1% das grandes empresas disseram conhecer bem o PBM.

Mesmo entre aqueles que afirmaram conhecer bem o plano, as expectativas sobre a execução das medidas são baixíssimas. Praticamente ninguém acredita que as medidas sairão do papel, enquanto 14,3% creem que serão realizadas em grande parte. Para 85,6%, o grau de implementação será baixo ou nulo.

Para a Fiesp, os resultados reforçam o diagnóstico de que o Plano Brasil Maior é uma política industrial "inócua".

"Precisamos romper de vez com esse modelo que desindustrializa o País e adotar uma política voltada para melhorar a competitividade do Brasil", afirmou o presidente

da Fiesp, Paulo Skaf. Para ele, o governo já entendeu que a indústria de transformação passa por problemas e está buscando soluções. "Isso é positivo, há muito a ser feito."

A avaliação geral das empresas sobre o Plano Brasil Maior não é nada favorável: 24,9% consideram o plano ruim e 50,7% entendem que é razoável. Para 24,4%, o PBM é uma boa política.

Na pesquisa, as empresas responderam sobre a importância de cada medida do plano. A resposta predominante foi de que as medidas são irrelevantes. Em média, só 22,4% dos entrevistados consideram as medidas altamente importantes para suas atividades. As demais (77,6%) entendem que elas têm importância média, baixa ou nula para suas atividades.

"As empresas não se interessaram pelo plano porque ele não era abrangente e a maioria das medidas anunciadas impactaram muito pouco o dia a dia das empresas", avaliou José Ricardo Roriz Coelho, diretor do departamento de competitividade e tecnologia da Fiesp.

Para ele, a expectativa é de que o governo anuncie medidas mais contundentes para desonerar os investimentos. "Ficou tão caro produzir aqui que é mais barato trazer produtos de fora e vender no mercado interno."

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Pacote pode superar os R\$ 30 bilhões		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Para incentivar as empresas e turbinar o PIB do país, o pacote que o governo anuncia hoje pode superar R\$ 30 bilhões. As medidas incluem desoneração da folha de pagamento e crédito do BNDES.

Empurrão de R\$ 30 bi na economia

Governo anuncia hoje pacote de incentivo ao setor produtivo

Martha Beck, Geralda Doca, Eliane Oliveira e Lucianne Carneiro

BRASÍLIA E RIO Na tentativa de turbinar a economia, para que cresça os 4,5% esperados pela presidente Dilma Rousseff, o governo anuncia hoje um pacote de medidas de incentivo ao setor produtivo. As ações — tratadas como a segunda etapa do programa Brasil Maior, anunciado no ano passado — incluem desde a ampliação da desoneração da folha de pagamento das empresas até o aumento de recursos para o **BNDES** emprestar mais com taxas menores. E ações de desburocratização do **comércio** exterior e defesa comercial. Só a desoneração da folha terá um custo de R\$ 12,5 bilhões até 2014, mas o pacote de incentivos pode superar R\$ 30 bilhões.

Estrela do pacote, a desoneração da folha terá impacto nos cofres da Previdência, pois prevê a substituição da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre os salários por um imposto sobre o faturamento das empresas com alíquota de 1%. O governo deve conceder o benefício aos setores de autopeças, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, têxteis e móveis. O custo estimado de R\$ 12,5 bilhões em três anos é o dobro dos R\$ 6 bilhões dos quais o governo abriu mão quando desonerou a folha dos segmentos de confecções, calçados, couros, software e call centers, no ano passado.

Considerando que o governo também vai reforçar o capital do **BNDES** para que a instituição possa emprestar mais, o pacote de hoje será mais generoso que a primeira etapa do Brasil Maior, quando os incentivos chegaram a R\$ 20 bilhões. A expectativa de incentivos acima de R\$ 30 bilhões dependia ontem de decisão da presidente Dilma, que

até a noite ainda estava reunida com seus técnicos para fechar detalhes das medidas.

As ações para incentivar a indústria vinham sendo preparadas pela equipe econômica desde o fim do ano passado, mas, diante do fraco resultado da atividade no primeiro trimestre do ano — o que levou os técnicos do governo a trabalharem internamente com taxas de crescimento abaixo dos 4,5% —, a presidente determinou que o anúncio de pelo menos parte do pacote fosse antecipado para hoje. Foram convidadas para o lançamento das ações mais de 400 pessoas, incluindo empresários, sindicalistas e parlamentares.

Tesouro vai ressarcir a Previdência Social

Para engordar o pacote, o governo vai anunciar também o novo regime automotivo, que prevê incentivos tributários por meio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as montadoras que investirem mais em inovação e na utilização de conteúdo nacional em sua **produção**. A pressa em incluir o benefício no plano levou o **Ministério** da Fazenda a fazer reuniões com representantes do setor automotivo durante toda a tarde de sexta-feira e a manhã de ontem.

Dilma também vai assinar um decreto que cria um grupo de trabalho com a participação de 18 membros (governo, centrais sindicais e de empregadores) para acompanhar os impactos da desoneração da folha. Este comitê vai **monitorar** se os empregos estão sendo mantidos e o impacto efetivo nas contas da Previdência.

Também ficou decidido que o Tesouro Nacional vai ressarcir a Previdência e repassar, mensalmente ao fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) o que o regime de aposentaria deixar de arrecadar com a substituição da contribuição patronal para o INSS por uma alíquota sobre o faturamento das empresas. Também devem ser anunciadas simplificações na cobrança da Cofins e a redução da carga tributária sobre o setor de geração de energia. Haverá ainda a desoneração do setor de telecomunicações com redução ou isenção de PIS/Cofins de equipamentos usados na construção de redes voltadas para o Programa Nacional de Banda Larga. Para conceder os benefícios, o governo levará em consideração alguns critérios, como o local onde as redes

serão construídas, a penetração, a tecnologia usada e o tipo de rede. As empresas terão, ainda, que apresentar contrapartidas e instalar as redes em regiões com menor densidade populacional. A tecnologia tem de ser nacional.

IPI de importados pode ser elevado

No caso do **BNDES**, haverá mais dinheiro para capital de giro e para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que fornece crédito para a compra de itens como bens de capital, componentes, caminhões, inovação tecnológica, bens de informática e telecomunicações.

Na área de defesa comercial, além do reforço no combate a práticas desleais de **comércio**, o governo estudava aumentar tributos como Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas **importações** de manufaturados. Ao contrário do Imposto de **importação**, em que é preciso a concordância dos demais sócios do **Mercosul**, os demais impostos podem ser alterados de forma unilateral pelo Brasil. No entanto, ontem uma corrente do governo defendia cautela, sob o argumento de os vizinhos argentinos já se encontram sob fogo cruzado na Organização Mundial do **Comércio** (OMC) por causa de medidas protecionistas.

Economistas acreditam que novas medidas podem ajudar a indústria, mas tendem a ter efeito paliativo e dar um alívio apenas temporário. Os problemas, alertam, são estruturais e exigem mudanças mais profundas, como treinamento de mão de obra.

infraestrutura e o câmbio.

— (As medidas do governo) dão alívio temporário. Mas a indústria tem um problema sério de competitividade e é preciso tratar questões de fundo. Essas medidas apenas apagam o incêndio — diz o economista-chefe da Sul América Investimentos, Newton Rosa.

Para o economista da Rosenberg & Associados Daniel Lima, as medidas do governo são paliativas e temporárias. Segundo ele, esta não é a solução para a indústria, que precisaria de "uma agenda estrutural de **desenvolvimento** de longo prazo".

Por enquanto, a indústria — que foi a principal força negativa do Produto Interno Bruto (**PIB**, conjunto de bens e riquezas produzidos num país) — continua desapontando.

Hoje, o IBGE divulga a **produção** industrial de fevereiro, e a estimativa do **mercado**, segundo levantamento da Bloomberg, é algo entre uma queda de 0,6% (BNY Mellon ARX) e uma alta de 1,7% (Goldman Sachs) na comparação com janeiro.

— Estimamos uma expansão do **PIB** de cerca de 0,5% no primeiro trimestre, frente ao quarto trimestre. Se o crescimento começa fraco, dificilmente pode ficar acima de 3,2%, 3,3% no ano — diz Solange Srouf, economista-chefe da BNY Mellon ARX.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Governo prepara nova estatal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo prepara a criação de uma empresa estatal, batizada Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), para cuidar de projetos relacionados ao programa nuclear e à construção de submarinos.

Governo propõe nova estatal nuclear

Fernando Exman | De Brasília

Sem alarde, o governo Dilma Rousseff deu início, na semana passada, aos procedimentos legais para criar uma nova estatal. A empresa será responsável pelos projetos relacionados ao programa nuclear brasileiro, à construção e manutenção de submarinos da Marinha e ao fomento da indústria nuclear nacional. Batizada de Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), a empresa poderá captar recursos no mercado doméstico e internacional e adquirir participações minoritárias de empresas privadas ou empreendimentos ligados ao seu objeto social.

O projeto de lei que autoriza o Executivo a criar a Amazul foi enviado pelo governo ao Congresso na semana passada. A nova estatal, que surgirá a partir da cisão da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), terá sede em São Paulo e poderá contar com cerca de 2 mil funcionários. Seu nome é uma referência à fronteira marítima brasileira, onde, por exemplo, o Brasil explora o petróleo do pré-sal. De acordo com a estratégia nacional de defesa, a área deve ser protegida pelos submarinos da Marinha - entre eles os de propulsão nuclear. A Amazul ficará subordinada ao Comando da Marinha.

"A criação da Amazul é essencial. Ela possibilita a contratação de cientistas, pesquisadores e engenheiros", frisou uma autoridade do governo.

Há ainda uma questão de segurança, argumenta o governo: a criação da Amazul limitará o acesso a informações estratégicas e acabará com o compartilhamento de locais de trabalho entre o pessoal ligado a questões nucleares e desenvolvimento de submarinos e as outras áreas de atuação da Emgepron.

A estatal Empresa Gerencial de Projetos Navais foi criada em 1982 para promover a indústria naval brasileira. Inicialmente, seu pessoal era basicamente dedicado ao

programa nuclear da Marinha. No entanto, com o decorrer do tempo, a empresa passou a incorporar mais empregados para desempenhar outros serviços demandados pela Força. Hoje, além do setor nuclear, a Emgepron atua na modernização dos equipamentos e embarcações da marinha, no desenvolvimento de sistemas navais e de guerra eletrônica, na produção de munições e na realizações de estudos sobre o mar.

As discussões sobre a Amazul tiveram início em meados de 2008, quando o governo criou o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro. Coordenado pela Casa Civil e formado por representantes dos Ministérios da Defesa, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Desenvolvimento, Planejamento, Fazenda, Relações Exteriores e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o comitê recebeu a missão de fixar diretrizes e metas para o projeto nuclear e monitorar sua execução. Na avaliação do colegiado, a criação da Amazul solucionaria os problemas relativos aos recursos humanos do setor.

"A criação de uma empresa que possa proporcionar aos seus empregados condições semelhantes àquelas existentes no mercado de trabalho foi a alternativa encontrada para a manutenção do pessoal existente e a contratação de novos especialistas, o que nos permitirá preservar o conhecimento já alcançado", destacaram na exposição de motivos enviada à presidente Dilma Rousseff para fundamentar o projeto de lei que cria a Amazul os ministros da Defesa, Celso Amorim, do Planejamento, Miriam Belchior, e da Fazenda, Guido Mantega.

"Temos vivenciado, nos últimos anos, a redução da força de trabalho por demissão voluntária (na busca de melhores condições salariais), às vezes para o próprio governo (carreira de ciência e tecnologia). Vale acrescentar que as mesmas dificuldades encontradas para a manutenção de especialistas é sentida também para o recrutamento de novos profissionais", acrescentaram os ministros no documento.

O capital social inicial da Amazul será o correspondente ao patrimônio obtido com a cisão da Emgepron, valor não revelado por Ministério da Defesa,

Marinha e Emgepron. A nova empresa pública também terá como fontes de recursos dotações orçamentárias, recursos do Fundo Naval, receitas decorrentes da exploração de direitos autorais e intelectuais, recursos provenientes de suas atividades, convênios e contratos, rendimentos obtidos de suas participações em outras empresas, operações de crédito, rendas patrimoniais e doações.

Segundo a proposta enviada pelo Executivo ao Congresso, a Amazul também promoverá o **desenvolvimento** da indústria militar naval nacional e poderá fomentar a

implantação de novas empresas no setor nuclear, prestar assistência técnica a elas e dar apoio financeiro a pesquisas na área. Além de viabilizar o projeto do primeiro submarino nuclear brasileiro e nacionalizar o **desenvolvimento** em escala industrial do ciclo de combustível nuclear e da tecnologia de construção de reatores, o governo acredita ainda que a Amazul poderá impulsionar a inovação na cadeia produtiva do segmento e reduzir a dependência nacional de produtos e equipamentos nucleares usados na medicina.

	VEÍCULO BRASIL MAIOR	EDITORIA	
	TÍTULO Novo regime automotivo entra em vigor em janeiro de 2013		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo exigirá novas condições de habilitação e dará incentivo tributário para as montadoras que fabricarem carros no Brasil com maior percentual de conteúdo regional

O **Governo Federal** lançou nesta terça-feira novas medidas do Plano Brasil Maior que visam fortalecer a indústria brasileira diante da concorrência dos produtos importados. O objetivo é manter o crescimento sustentável da economia brasileira mesmo com o agravamento da crise internacional e o encolhimento dos mercados.

A ampliação do Brasil maior engloba medidas tributáveis, financiamento de comércio exterior, incentivo ao setor de informação e comunicações, medidas creditícias e criação do novo regime automotivo.

Durante solenidade realizada no Palácio do Planalto para divulgação das novas ações, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou, entre as novas medidas, a desoneração da folha de pagamentos de 15 setores da indústria que usam mão de obra intensiva, como têxtil, móveis, plásticos, material elétrico, auto-peças, ônibus, naval e aéreo.

No total de segmentos beneficiados citados por Mantega estão incluídas as indústrias de confecções, couro e calçados, TI e Call Center, que já trocaram a contribuição patronal (20% do INSS) pela contribuição de 1,5% ou 2,5% sobre o faturamento bruto.

A partir de agora, todos os setores beneficiados passarão a contribuir com um percentual de 1% a 2% da receita bruta em substituição à contribuição previdenciária. A desoneração total anual estimada é de R\$ 7,2 bilhões. Para 2012, a renúncia total estimada é de R\$ 4,9 bilhões.

Guido Mantega esclareceu que o Tesouro Nacional compensará as eventuais perdas de arrecadação das contribuições previdenciárias e acrescentou que a adesão à desoneração da folha é voluntária e pode ser estendida para outros segmentos.

“Os setores que estão aqui, são os que aderiram voluntariamente, mas estamos abertos a atender todos os interessados”, completou. O ministro explicou ainda que a desoneração só ocorrerá daqui a noventa dias.

“[De acordo com a legislação tributária] A decisão precisa de noventa. Por isso, será publicada uma Medida Provisória que entrará em vigor a partir de junho”, destacou.

O ministro reforçou que, diferentemente do que ocorre em outros países, que estão reduzindo o custo do trabalho a partir do desemprego e da retirada de direitos previdenciários, o Brasil está reduzindo custo financeiro do trabalho preservando o emprego e a renda.

Ainda no conjunto de medidas tributárias, o governo ampliou o Reporto, que desonera do Imposto de importação, do IPI e do PIS/Cofins o investimento em portos e ferrovias, sem similar nacional. Atualmente, estão desonerados, somente investimentos destinados à movimentação de carga e treinamentos.

Agora, o Reporto também incluirá investimentos em armazenagem (galpões), proteção ambiental (máquinas com melhor eficiência energética) e sistemas de segurança e monitoramento (scanners). O impacto fiscal estimando da ampliação do programa é de R\$ 186,3 milhões em 2012 e R\$ 246 milhões.

Ainda na agenda tributária, foi postergado de abril e maio para novembro e dezembro, respectivamente, o recolhimento do PIS/Cofins dos setores têxtil, confecções, calçados, auto-peças e móveis.

Segundo o ministro da Fazenda, esses segmentos estão sofrendo com a concorrência de produtos importados. O valor total do recolhimento a ser postergado pelos cinco setores é de R\$ 1,397 bilhão (R\$ 670 milhões em abril e R\$ 727 milhões em maio).

Para ampliar os recursos do setor privado nas ações e serviços de prevenção e combate ao câncer, o governo estendeu para pessoas físicas e jurídicas a dedução do Imposto de Renda das doações e patrocínios em favor de entidades associativas ou fundacionais dedicadas à pesquisa e tratamento da doença. O impacto fiscal estimado é de R\$ 305,8 milhões em 2013 e R\$ 337 milhões em 2014.

Compras governamentais - O ministro Guido Mantega também anunciou que as compras governamentais darão prioridade para os produtos fabricados no Brasil.

Medicamentos, fármacos, biofármacos, retroescavadeiras e motoniveladoras com margem de preferência entre 8% e 25% sobre produtos **importados**, terão prioridade nas compras do governo.

O valor anual estimado de compras governamentais de medicamentos (8% de margem de preferência e prazo de dois anos), fármacos (20% de margem e prazo de cinco anos) e biofármacos (25% e prazo de cinco anos) é de R\$ 3,5 bilhões.

Para retroescavadeiras (10% até dezembro de 2015) e motoniveladoras (18% até dezembro de 2015), a estimativa de compras do governo é de R\$ 400 milhões. “Está uma prática comum utilizada por vários países. Os Estados Unidos, por exemplo, priorizam produtos nacionais nas compras governamentais desde os anos 30”, observou Mantega.

Comércio Exterior - No conjunto de medidas detalhadas pelo ministro também está o aumento de recursos do Programa de Financiamento à **Exportação** (Proex). O orçamento total do programa para 2012 passou de R\$ 1,24 bilhão para R\$ 3,1 bilhões, incluindo R\$ 1,6 bilhão para o Proex-Financiamento, R\$ 1 bilhão para o Proex-Equalização e R\$ 500 milhões do Fundo de Fomento à **Exportação** (FFEX).

Mantega explicou que o Proex, que antes financiava apenas o pós-embarque, agora também financiará o pré-embarque. Além disso, o prazo do financiamento passa de 10 para 15 anos.

O ministro disse também que o programa será desburocratizado: haverá flexibilização da exigência de garantias para o Proex-Financiamento; aumento de até US\$ 10 bilhões para até US\$ 20 bilhões do limite que os bancos podem aprovar nas operações do Proex-Equalização, ou seja, amplia o valor que não precisa ser aprovado pelo Comitê de Financiamento e Garantia das **Exportações** (Cogif); e, por último, a capacidade do **Ministério** da Fazenda para aprovação operações do Fundo de Garantia à **Exportação** (FGE) passou de US\$ 5 milhões para até US\$ 20 milhões.

Ainda na área de **comércio** exterior, o governo está ampliando o financiamento de empresa preponderantemente **exportadora** que não paga IPI e PIS/Cofins na compra de insumos. Para ser considerada preponderante **exportadora**, a empresa deveria ter percentual mínimo **exportação** de 60% (setores intensivos em trabalho) ou 70% (demais setores). Esse percentual mínimo de **exportação** passar a ser de 50%.

Nessa segunda etapa do **Brasil** Maior foi criada a Agência Brasileira de Garantias (ABGF) que será constituída a partir da junção de recursos de vários fundos garantidores que hoje operam sem alavancagem. O total de recursos disponíveis da agência poderá atingir até R\$ 25 bilhões.

“Juntando todos os fundos de garantia, com R\$ 1 bilhão estão garantidos R\$ 7 bilhões em operações de **exportações** ou atividades de infraestrutura”, exemplificou o ministro.

Informação e Comunicações – O governo vai desonerar do IPI e do PIS/Cofins os equipamentos nacionais e obras civis dos investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, com suporte para serviços de internet em banda larga.

O objetivo é ampliar o acesso à internet em banda larga de 11 mil km em 2010 para 30 mil km em 2014, atingido, no período, até 50% dos domicílios urbanos e 15% dos domicílios rurais.

De acordo com o ministro Guido Mantega a meta é atingir 60 milhões de acessos individuais. A renúncia fiscal estimada é de R\$ 461,5 milhões em 2012 e R\$ 970 milhões em 2013.

Ainda nessa pauta, o governo está reeditando até 2015 o Programa Um Computador por Aluno, que suspende a cobrança de IPI, PIS/Pasep, Cofins e Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) do fabricante de computadores portáteis, tanto na aquisição de matéria-prima e produtos intermediários quanto na comercialização.

O impacto fiscal estimado é de R\$ 153,8 milhões em 2012, R\$ 203,7 milhões em 2013 e R\$ 224,64 milhões em 2014.

O governo também ampliou o alcance do Programa de Apoio ao **Desenvolvimento** de Semicondutores (PADIS), desonerando de IPI, PIS/Cofins as aquisições no **mercado** interno e **importações** de insumos e bens da indústria de semicondutores. O objetivo é incluir fornecedores de insumos estratégicos para produtos de semicondutores e displays.

Crédito – O Programa de Sustentação do Investimento (fase 4) terá um aporte adicional de até R\$ 45 bilhões do **BNDES**. O prazo de vigência do PSI 4, que tem como foco o apoio ao investimento com ênfase na inovação, foi prorrogado até 2013 e terá um valor adicional de R\$ 6,5 bilhões a ser equalizado pelo Tesouro Nacional.

“Precisamos subir a taxa agregada dos investimentos no Brasil, reduzindo o custo de capital e dando impulso ao

investimento em inovação”, disse o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, ao explicar a nova etapa do programa.

Entre as mudanças, está a redução das taxas de juros para compra de ônibus e caminhões, de 10% a.a. para 7,7% a.a., e aumento do prazo de financiamento de até 96 meses para até 120 meses. Para o Procaminhoneiro, a taxa caiu de 7% a.a. para 5,5% a.a.

No caso empréstimos para aquisição de bens de capital, a taxa de juros fixa para grande empresa caiu de 8,7% a.a para 7,3% a.a.; para micro, pequenas e médias empresas, caiu de 6,5% a.a. para 5,5% a.a.. “É um impulso **importante** para aquisição de bens de capital, principalmente para pequenas e médias empresas”, comentou Coutinho.

O **BNDES** unificou em 4% a.a. todas as taxas de juros do financiamento à Inovação. A taxa era dividida em 4% a.a para inovação tecnológica; 5% a.a. para capital inovador; e 7% para inovação da **produção**.

Além disso, o banco de fomento ampliou o número de setores que podem ser beneficiados com o Programa de Revitalização de Empresa (Revitaliza), como calçados, instrumentos médicos, móveis, brinquedos e artefatos de madeira. O prazo para **exportação** passou de até 18 meses para até 24 meses.

No âmbito no **BNDES**, a última medida refere-se à mudanças no Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren). Foram adicionados mais R\$ 10 bilhões aos R\$ 15 bilhões atuais disponíveis para o programa. A taxa de juros passou de 10,5% a.a. a 13% a.a para 9% a.a. a 11,5% a.a.

Regime automotivo - O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, anunciou as linhas gerais do novo regime automotivo brasileiro que entrará em vigor entre janeiro de 2013 até o final de 2017.

O novo regime inclui novas condições de habilitação e incentivo tributário para as montadoras fabricarem carros no **Brasil** e com maior percentual de conteúdo **regional**. **PIM**entel citou que para obter o desconto de 30% no IPI em sua **produção**, as montadoras deverão cumprir no mínimo três requisitos constantes no novo regime.

Entre os requisitos, além de percentual mínimo de conteúdo **regional**, as empresas devem assegurar investimento em pesquisa e inovação (P&D), aumentar o volume de gastos com engenharia de Tecnologia Industrial Básica (TBI) e aumentar a eficiência energética dos veículos (etiquetagem veicular – Inmetro – e redução da emissão de CO2).

Ele esclareceu que haverá um período de transição para atrair investimentos para **produção** de novos modelos no Brasil. Na regra de transição, durante a construção da fábrica, o IPI recolhido sobre **importados** gerará crédito tributário para utilização após início da **produção**.

Conforme Fernando **PIM**entel, as regras de habilitação serão aplicadas gradualmente: início com 60% das regras aplicadas às empresas já instaladas, com até três anos para atingir as condições gerais do regime. O governo estabelecerá cota de **importação** no período de transição.

	VEÍCULO EXPRESSO MT	EDITORIA
	TÍTULO Brasil quer emplacar o peixe pirarucu como o 'bacalhau da <u>Amazônia</u>'	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Espécie nativa do bioma pode pesar até 250 kg e medir cerca de 3 metros.

Projeto gera renda para famílias ribeirinhas do Amazonas.

Crédito: Divulgação/Jimmy Christian Pescador captura exemplar de pirarucu em lago da Amazônia. Espécie pode pesar até 250 kg e medir três metros

O "gigante" dos rios amazônicos, com mais de três metros de comprimento e até 250 kg, quer ganhar fama nas mesas brasileiras e, no futuro, competir com os "parentes" nórdicos pelo título de melhor bacalhau do mundo.

Essa é a intenção de um projeto realizado no Amazonas que tem a pesca do peixe pirarucu (Arapaima gigas) como principal gerador de renda para ribeirinhos do Baixo Rio Solimões.

A carne do peixe é destinada à produção de bacalhau, resultante de um processo de beneficiamento, que poderá ser utilizado em pratos tradicionais que têm o pescado como ingrediente principal.

O gosto é parecido com o bacalhau comum, normalmente importado da Noruega, de acordo com o chef gastronômico Felipe Schaedler, que trabalha com a carne do pirarucu em um restaurante de Manaus. Ele disse ser possível substituir o pescado "estrangeiro" pelo brasileiro

"Todas as receitas tradicionais podem ser feitas com o pirarucu", disse Schaedler, que já criou em parceria com outro chef ao menos oito pratos com o bacalhau da Amazônia.

Da primeira safra de pirarucus destinados à obtenção do bacalhau (60 toneladas), o Grupo Pão de Açúcar adquiriu cinco toneladas que serão vendidas a partir deste mês nas lojas dos supermercados Pão de Açúcar das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Consumo sustentável

Esta realidade só foi possível devido à implantação da primeira indústria de salga de pescados no interior da floresta, em Maraã, a 635 quilômetros de Manaus (AM). A fábrica, a primeira da América do Sul, de acordo com o governo do Amazonas, vai permitir uma produção em massa

do "bacalhau da Amazônia" e sua comercialização para outras regiões do país.

O preço do quilo ficará entre R\$ 35 e R\$ 39, um valor competitivo se comparado ao bacalhau do Porto, por exemplo, que, em período de promoção, a mesma pesagem custa R\$ 34,90.

É o primeiro passo para difundir o produto pelo resto do país, de acordo com Hugo Bethlem, vice-presidente executivo de Relações Corporativas do grupo, que também abrange as redes Extra e Assaí. Segundo ele, se o pescado "cair nas graças do consumidor", certamente haverá mais pedidos de compra.

"Esperamos que, com o tempo e a continuidade do manejo sustentável, consigamos elevar a venda deste pescado. Pode demorar um pouco, mas já demos o primeiro passo", disse ele.

O grupo, segundo Bethlem, importa anualmente 5 mil toneladas de bacalhau, provenientes principalmente da Noruega e a rede é a terceira maior compradora de bacalhau do mundo.

As duas unidades vão empregar diretamente 150 pessoas e gerar outros 5 mil empregos indiretos, principalmente na pesca. Os empreendimentos tiveram investimento de R\$ 4 milhões – divididos entre os governos estadual e federal, por meio da Financiadora de Projetos e Estudos (Finep), e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Sem impacto ambiental

De acordo com Eron Bezerra, secretário de Produção Rural do Amazonas, uma nova unidade da indústria de salga deve ser inaugurada ainda este ano em Fonte Boa, a 680 quilômetros da capital amazonense.

"Queremos concorrer com o bacalhau que vem da Noruega. Apesar da pesca ser controlada, temos muitos lagos dentro da Reserva Mamirauá e fora dela onde a pesca planejada poderá ser realizada. Queremos um nicho de mercado sustentável", disse.

Segundo recomendações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), a pesca do

pirarucu pode ocorrer apenas entre outubro e novembro, e em locais onde há atividades de manejo regulamentadas.

A primeira safra voltada para a **produção** de bacalhau ocorreu no ano passado e contou com 2.700 peixes que foram retirados de 37 lagos da Reserva Mamirauá.

“Esses peixes, encaminhados para a indústria, geraram uma renda de R\$ 830 mil, valor que foi dividido por 530 pescadores. Isso ajuda a melhorar nossa condição de vida.

Antes, o que pescávamos era apenas para alimentar minha família, meus filhos. Agora a gente consegue investir em uma casa melhor, em um novo motor para os barcos”, disse Luiz Gonzaga Medeiros de Matos, 47 anos, líder da colônia de pescadores de Maraã.

De acordo com Virgílio Viana, **Superintendente** da Fundação **Amazonas** Sustentável (FAS), é uma oportunidade de difundir o consumo consciente.

	VEÍCULO PORTAL FONTE BOA	EDITORIA	
	TÍTULO Natura aposta em <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresa anuncia abertura de um Centro de Conhecimento, que concederá bolsas para pesquisadores interessados em descobrir insumos provenientes da floresta.

Pesquisas em laboratório, que já acontecem na sede em São Paulo, também serão feitas aqui em Manaus, por meio de parcerias (Divulgação)

A empresa Natura confirmou para o próximo mês de julho a inauguração em Manaus de um centro de investimento, tecnologia e inovação científica. O Centro de Conhecimento, como foi batizado, atuará como agência de fomento, concedendo bolsas para pesquisadores que queiram desenvolver estudos sobre insumos derivados de produtos amazônicos. Os resultados das pesquisas serão aplicados à cadeia produtiva da empresa.

Com a iniciativa, a Natura quer aumentar de 10% para 30% o seu consumo de insumos produzidos na região e, até 2020, envolver entre 10 mil e 12 mil famílias agroextrativistas na cadeia produtiva. Nos próximos oito anos, a empresa também planeja movimentar recursos de até R\$ 1 bilhão. Esta movimentação envolve a cadeia de fornecimento de matéria-prima, passando por contratação de serviços locais, tecnologia e certificação de ativos. A informação da inauguração do Centro, cuja sede será localizada no bairro Nossa Senhora das Graças (zona Centro-Sul), foi dada pelo diretor de ações de relacionamentos da Natura, Rodolfo Gutilla.

Em entrevista exclusiva ao jornal A CRÍTICA, o executivo afirmou que o modelo desenvolvido será o Sistema de Inovação Aberta, no qual o campo de inovação é aberto a parcerias locais. Neste primeiro momento, a Natura pretende recrutar oito pesquisadores locais de instituições com as quais já firmou um Termo de Cooperação: Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Embrapa e Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). "Vai começar relativamente pequeno, mas (o Centro de Conhecimento) irradiará por toda a região amazônica e outros países. Teremos o espaço físico pronto, com toda a rede interligada. Teremos a sede, mas usaremos as estruturas das universidades e do CBA. Trabalharemos com

bolsas e com apoios a projetos", disse Gutilla. Até 2020, a empresa quer envolver aproximadamente mil pesquisadores em uma rede que se expandirá de Manaus para outros Estados e países. As ações de incentivo à pesquisa e inovação terão foco nos seguintes temas: Cultura e sociedade; Conservação e biodiversidade; Florestas e agricultura; e Design de produtos e processos.

Em busca de inovação

A Natura já investe em inovação e pesquisa, com mais de 300 doutores e pós-doutores nas áreas de farmácia, biologia, botânica, entre outras especializações. Com a abertura do Centro, seu projeto é abrir o campo de inovação em cosméticos e apostar em uma nova linha de produtos, com o objetivo de abreviar os resultados.

Geração de negócios

A abertura do Centro em Manaus faz parte do programa "Amazônia", lançado em 2011 pela Natura. Segundo informações divulgadas pela empresa, a iniciativa busca criar oportunidades de negócios a partir de ciência, inovação e empreendedorismo, com foco no uso sustentável de produtos e serviços da sociobiodiversidade. Na primeira etapa, de 2011 a 2013, o foco é a expansão no segmento de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, por meio de investimentos em ciência, tecnologia, inovação e estruturação de cadeias produtivas na região amazônica.

Até 2020, o programa movimentará um volume de negócios de aproximadamente R\$ 1 bilhão. "O Centro de Conhecimento é fundamental dentro da estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação do programa Amazônia. A partir dele serão coordenadas as redes de pesquisa que fomentaremos na região, em conexão com instituições nacionais e internacionais para tornar a Amazônia um grande polo mundial de tecnologia e negócios sustentáveis em sociobiodiversidade", afirma Victor Fernandes, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Natura.